

O ESTADO CAPITALISTA DE VOLTA ÀS ORIGENS?

(Uma abordagem crítica ao estado contemporâneo)

Victor Meyer*

RESUMO - Parte-se de uma periodização que identifica a atualidade, a partir do esgotamento dos chamados "anos de ouro" do pós-guerra. Conclui-se que o Estado, desde então, firma um compromisso preferencial com as finanças especulativas e ataca sistematicamente as conquistas trabalhistas incorporadas ao Welfare State. As novas políticas públicas expressam o abandono de uma postura relativamente tolerante do capital frente ao trabalho, substituindo-a por uma atitude de desafio aos sindicatos e de confrontação com as reivindicações parciais dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a hegemonia americana sobre o sistema mundial abandona a "cooperação antagônica" e inicia um novo surto de tensões nas relações interestatais. Paradoxalmente, no momento em que se anuncia triunfante, a democracia liberal promove a queda tendencial da sua própria legitimidade perante o conjunto da sociedade; passa a negligenciar os expedientes de persuasão, em troca de uma escalada das práticas coercitivas.

PALAVRAS-CHAVE: Estado contemporâneo; hegemonia americana; capital.

1 INTRODUÇÃO

As grandes reviravoltas que afetam o capitalismo mundial no último quartel do século XX fazem parte de um mesmo período, passível de identificação preliminar, dada a sua instabilidade intrínseca, em evidente oposição ao ciclo virtuoso dos chamados "anos de ouro" do pós-Segunda Guerra. Ocorre que os "anos de ouro" estavam associados a uma série de fenômenos emblemáticos: a ascensão do *Welfare State*, o fortalecimento da Social-Democracia no centro do sistema capitalista, o auge do keynesianismo social e um fortalecimento generalizado das representações do trabalho frente ao capital, ainda que rigorosamente dentro dos limites da ordem social existente. O período atual, em contrapartida, vai corresponder precisamente ao "desmonte" mais ou menos radical de todos esses signos dos "anos de ouro" e foi por isso chamado por Hobsbawn (1995) de "a era dos desmoronamentos".

É esse cenário contemporâneo que se quer discutir no presente texto e dele emanam algumas perguntas centrais: Ao longo dos últimos 25 anos, que tipo

* Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES e Prof. de Economia da UCSal. Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos.

de Estado emerge da crise do *Welfare State*? Que relações passa o Estado a manter com a economia? Que pesos ele passa a atribuir, respectivamente, ao capital produtivo e à acumulação patrimonial-financeira vinculada ao capital fictício? A hegemonia americana sobre o sistema mundial, que parecia respeitar a autonomia relativa das nações subalternas, teria sido substituída por um novo surto de tensões nas relações entre os distintos Estados nacionais? Simultaneamente, teria o Estado passado a negligenciar — usando-se aqui a terminologia gramsciana — os expedientes de persuasão, em troca de uma ascensão das práticas coercitivas?

Essas perguntas já insinuam em que campo teórico pretende-se desenvolver as respostas correspondentes. Afinal, mesmo autores como Weber ¹, que buscam zelar pela neutralidade do sujeito em suas relações com o objeto na análise científica, reconhecem que a formulação das perguntas, em seu próprio momento, já carrega, embutida, uma dada visão de mundo. Levando em consideração esse pressuposto axiológico — e pelo que foi até aqui exposto introdutoriamente — cabe assinalar que a pretendida discussão sobre as mudanças em curso no Estado será aqui desenvolvida sob uma ótica marxista.

Obviamente, as teorias marxistas sobre o Estado contemporâneo não são nem poderiam ser um monolito. Extrapolaria de muito os limites deste trabalho qualquer pretensão de inventariar as múltiplas heranças que se desenvolveram nesse campo de análise, a partir do tronco firmado por Marx. Serão precisamente dois os questionamentos que se pretende aqui dirigir ao complexo multifacetário dessa doutrina: o primeiro refere-se a Gramsci, em suas conhecidas observações, quanto ao Estado moderno. O segundo envolve um trabalho menos divulgado sobre o Estado no pós-guerra, de autoria do filósofo alemão August Thalheimer. ²

Gramsci constatou que as relações entre Sociedade Civil e Estado, nos estágios mais desenvolvidos do capitalismo, configuravam um conjunto de complexos aparatos de autodefesa que indicavam um fortalecimento tendencial do poder político. Thalheimer, por outro lado, observou o declínio, também tendencial, das manifestações abertas de conflitos interestatais no capitalismo do pós-guerra, em decorrência de fatores políticos especiais que conduziam à subordinação das referidas contradições a uma cooperação compulsória entre os países.

Deve-se verificar se essas teses permanecem válidas nas condições específicas do período histórico em análise ou se, alternativamente, os *desmoronamentos* demonstrados por Hobsbawn chegam a afetar as premissas materiais que sustentavam as tendências antes visualizadas por Gramsci e por Thalheimer.

Para desenvolver esta discussão, segue-se o seguinte roteiro: após a introdução, começa-se debatendo as transformações que afetam a acumulação capitalista no período e, em estreita conexão com esse processo econômico básico, são discutidas as novas relações interestatais e as *modificações intra-estatais* que acompanham a crise do *Welfare State*. Seguem-se as conclusões, onde se resumem as respostas encontradas para as questões em foco.

2 O NOVO COMPROMISSO PREFERENCIAL: ESTADO E CAPITAL FICTÍCIO

A acumulação capitalista segue hoje uma dinâmica específica cujas raízes remontam ao final dos anos 70, ao se iniciar a reação do sistema à crise econômica que envolvera o seu centro durante quase toda a década. A acumulação capitalista passa a articular-se, desde então, em dois focos de dinamismo: um deles, na esfera do capital produtivo, desenvolve-se mediante um prolongado processo de modificação das relações de trabalho e de elevação da taxa de exploração no interior das indústrias; o outro, na esfera puramente financeira, expressa-se numa expansão relativamente autônoma dos recursos patrimoniais líquidos. Os dois focos de dinamismo não se apresentam equilibrados nem avançam uniformemente. Apesar das inovações tecnológicas subjacentes à acumulação produtiva no período, é a auto-expansão do capital fictício que ganha a dianteira, atuando como redutor do ritmo do capital produtivo e subordinando-o à sua lógica.

A denominação de *capital fictício* vem de Marx, que distinguiu o capital de empréstimo (aquele que se amplia com uma parte do lucro obtido pelo capital produtivo) dessa outra forma de capital financeiro, cuja valorização se dá por conta de expectativas, sem vínculos diretos com a produção (GUTTMANN, 1996, p.65). Embora o *capital fictício* acompanhe a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, a particularidade do seu comportamento no mundo de hoje está no seu dinamismo, no seu peso específico dentro do capital financeiro em geral e na sua capacidade de penetrar em todas as esferas da economia. Os principais condutores do *capital fictício* são os títulos de dívida pública, os títulos de dívida de qualquer natureza, as ações negociadas nas bolsas e a própria moeda de crédito emitida pelos bancos — sem um lastro nos depósitos respectivos.

Esse tipo de expansão financeira aparentemente se autonomiza e são os bancos que se firmam, por meio do interbancário, através do seu envolvimento com a chamada indústria de fundos e com as transações à base de títulos, como um dos mais eficientes focos de difusão do “capital fictício autonomizado”.

Esse conjunto de mutações que afetam o capital financeiro e que resultam na hipertrofia do “capital fictício” está associado ao dólar e, embora alimentado por diversas fontes, tem seu principal patrocinador na economia hegemônica, isto é, nos Estados Unidos — nos seus desequilíbrios orçamentários, nos seus déficits externos. O *locus* privilegiado para a expansão especulativa é o euromercado. Ao longo da sua marcha ascendente, esse moderno mercado financeiro desenvolve as euroobrigações, na medida em que os bancos atuam como intermediários financeiros em operações de empréstimos; e, simultaneamente, origina e faz avançar o mercado de eurocréditos, na medida em que os bancos tomam depósitos em moeda estrangeira e, a partir deles, passam a transacionar num mercado interbancário cada vez mais agressivo. É precisamente através do superdesenvolvimento dos eurocréditos, no espaço do interbancário, que decola o “voo” da atividade emissora dos bancos,

promovendo-se uma autonomização (relativa) dos fluxos financeiros (SANTOS FILHO, 1993, p.52).

Foram os bancos internacionalizados, notadamente os bancos norte-americanos, que deram sustentação institucional à expansão do euromercado e aprenderam a se colocar à testa das inovações financeiras que, como se sabe, envolvem os fluxos já qualificados como condutores por excelência do *capital fictício*.

Tem razão GUTTMANN (1996, p.65-71), quando generaliza e define precisamente o fenômeno da *dominação* mundial do "capital fictício". CHESNAIS (1995) refere-se à ascensão, no período em foco, do *capital rentista*. A dinâmica do capital financeiro na atualidade mostra todos os principais condutores de "capital fictício" em franca expansão. O capital produtivo, por outro lado, já sem os mesmos estímulos que o espírito do New Deal e a tradição keynesiana lhe haviam trazido, no contexto particular do capitalismo monopolista, é levado a adaptar os processos de trabalho de modo a obter compensações via elevação da taxa de mais-valia. O crescimento econômico avança em marcha contida, visto que as atividades especulativas, dominantes, reduzem as potencialidades da acumulação produtiva. Por isso, o mundo da "terceira revolução industrial" limita-se, até hoje, a um quadro marcado por tensões ascendentes nas relações de trabalho, pelo desemprego, por crises recorrentes e pelo crescimento econômico a taxas não muito distantes da estagnação (COUNTINHO E BELLUZZO, 1996, p.137-151).

Um dos problemas suscitados pela dominação do "capital fictício" diz respeito ao fato de que o fortalecimento ou enfraquecimento do capitalista prestamista, dono do capital portador de juros, frente ao capitalista industrial, envolve a correlação de forças entre as respectivas frações do capital. Quando a alta dos juros se torna duradoura e as atividades especulativas se fortalecem, está havendo uma redistribuição, favoravelmente ao capital rentista, da mais-valia extraída aos trabalhadores (MARX 1985-86, p.255-268).

Portanto, a dominação do "capital fictício" envolve conflitos entre capitalistas e essa circunstância deve se traduzir em impactos específicos nas esferas do poder político. ARRIGHI (1996, p.334) situa o momento histórico em que o centro mundial do sistema capitalista teria operado a guinada que consumou a subordinação do Estado à comunidade financeira cosmopolita. Foi quando o governo Reagan desistiu da tradição anti-rentista e, ao elevar a taxa de juros e promover a desregulamentação financeira, selou uma aliança preferencial entre o Estado e o capital financeiro autonomizado. FIORI (1997, p.91) propõe a periodização da escalada da financeirização a partir de marcos sucessivos, o primeiro deles ainda nos anos 60, embora o momento mais significativo lhe pareça, também, estar situado nos anos 80, quando os governos Reagan e Thatcher, simultaneamente, criaram novos patamares de liberação para as movimentações financeiras.

Desde então, o componente fictício da expansão financeira cresce rapidamente, num movimento somente contido em momentos pontuais de deflação súbita, como os *crashes* de 1987, de 1994 (México) e de 1997. Em todos esses momentos, o Estado reafirmou seus novos compromissos prioritários, tomando medidas de salvação do capital especulativo, através de políticas que, colateralmente, afetavam de forma negativa as potencialidades da produção e do emprego.

Esse tipo de desenvolvimento capitalista e esse comportamento *sui generis* do Estado não seriam compreensíveis sem uma análise das circunstâncias políticas especiais que estiveram presentes na gênese desses novos processos.

3 TENSÕES INTERESTATAIS: O FIM DA "COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA"

August Thalheimer escreveu, em 1946, um ensaio sobre as relações entre os Estados capitalistas centrais depois da Segunda Guerra. THALHEIMER (1992) pôs em relevo um novo fator que estaria subordinando, desde então, aos conflitos interestatais: a consolidação do bloco socialista, em especial o fortalecimento militar da União Soviética. O novo elemento introduzia na cena mundial uma polaridade fundamental, a cisão do mundo entre dois blocos envolvidos em dinâmicas socioeconômicas expansivas e opostas. Em tais circunstâncias, as tradicionais contradições entre potências capitalistas, conquanto preservadas, passavam a conter-se nos limites de uma cooperação entre elas. A ambigüidade subjacente a essa situação levou Thalheimer a elaborar o conceito de "cooperação antagônica" (cooperação entre os países capitalistas, apesar dos antagonismos existentes entre eles), bastante elucidativo quanto aos rumos da diplomacia mundial no pós-guerra.

FIORI (1997, p.103) parece sustentar um ponto de vista semelhante, ao afirmar que a competição ideológica e militar entre Estados Unidos e União Soviética explica o *caráter complacente* da hegemonia americana sobre o mundo capitalista depois da Segunda Guerra. As exigências da Guerra Fria levaram os Estados Unidos a exercerem, efetivamente, o papel de centro hegemônico, no sentido gramsciano do termo, gerando-se momentos bastante significativos em que os seus interesses nacionais específicos deixaram-se subordinar às necessidades do conjunto do sistema, exatamente por causa da principalidade assumida pela conflagração entre blocos.

Em sua visão panorâmica sobre as transformações do sistema capitalista no pós-guerra, MAGDOFF (1972) caracteriza os Estados Unidos como os "organizadores do sistema imperialista". Efetivamente, a hegemonia norte-americana sobre o sistema mundial, ao tempo em que reafirmava a existência de uma hierarquia dentro do bloco, expressava uma constante preocupação com a organização do sistema e com a sua estabilização interna. Nessa perspectiva devem-se situar os sucessivos programas de estímulo ao crescimento econômico.

O Plano Marshall, o Ponto IV de *Trumann*, a Aliança para o Progresso, são alguns exemplos de uma estratégia que, vale frisar, tornava-se possível, porque coincidia, historicamente, com o caráter expansivo de um capital financeiro em aberto processo de internacionalização. Em nenhum outro momento, o centro imperialista fomentou tanto o planejamento de longo prazo. O planejamento econômico tornava-se (como tão bem entenderam os militares brasileiros depois de 1964, muito alinhados à ideologia do sistema mundial) um problema de segurança nacional.

Esse o pano de fundo político para o estímulo às estratégias desenvolvimentistas — que, em geral, se coadunavam com as necessidades expansivas do grande capital. Obviamente, essas políticas não poderiam ir à prática de forma harmônica e automática, dada à complexidade e a

desigualdade sociais dos países envolvidos. Lembre-se, como exemplo, que os primeiros governos brasileiros no pós-guerra elaboraram projetos de industrialização acelerada, no que tomaram parte destacada os técnicos e as missões dos Estados Unidos, mas que se mantiveram apenas no papel durante uma década, até que se desse, afinal, o ingresso sistemático do capital que financiaria a industrialização.

A subordinação dos antagonismos intercapitalistas a uma cooperação interestatal forçada explica, em parte, a criação das condições favoráveis para a consolidação plena do *Welfare State* na Europa e para a sua reprodução aproximada em outras partes do mundo capitalista, ainda que em um ou outro caso não passasse de mero simulacro. O bloco, a partir do seu centro hierárquico, não poderia permitir que se criassem pontos de vulnerabilidade em algum elo da cadeia sistêmica. Para tanto, a cooperação entre Estados traduzia uma preocupação com a estabilidade interna, ao menos nos pontos considerados estratégicos do sistema mundial.

Ressalve-se, por outro lado, que a busca pela estabilidade dos países capitalistas não significava necessariamente um comportamento pacífico dos Estados nacionais na preservação das respectivas ordens sociais. As ditaduras militares, na periferia do sistema, fariam ensaios já nos anos 50 e ganhariam notórios espaços nos anos 60 e 70. Contudo, atente-se para um aspecto importante do fenômeno: uma vez realizada a conquista do Estado pelas tropas, não faltariam as *Sorbonnes* militares³ para conduzir os novos governos nos caminhos do desenvolvimento capitalista. Assim, — retomando o exemplo brasileiro — enquanto a ditadura militar promovia o massacre contra a esquerda, o crescimento econômico dos primeiros anos 70 ampliava as bases de sustentação do regime, logrando um consentimento passivo por parte da burguesia e da classe média. A ditadura militar brasileira implantou, portanto, uma forma de estabilidade interna, tal como o exigia a lógica internacional do bloco no contexto da Guerra Fria.

O início dos anos 80 traz um importante marco de mudança nesse cenário. A economia soviética deixa evidente os sinais de haver entrado em rota declinante. O governo Reagan, ao tempo em que se torna desafiador na Guerra Fria, demonstrando a intenção de quebrar o equilíbrio militar existente em suas relações com a URSS, decide abandonar, conforme já mencionado anteriormente neste trabalho, a tradição fundada por Roosevelt e depois respaldada no keynesianismo, firmando uma aliança preferencial com o capital rentista. Inicia-se, aí, uma manobra de recuperação da economia americana que abala o sistema de compromissos — a cooperação, na terminologia de Thalheimer — com os diversos parceiros do bloco. O centro hegemônico, em nome dos seus interesses específicos, lança grande parte dos “novos países industrializados” na crise da dívida. Assim, ao condenar unilateralmente os países subalternos do bloco à sua própria sorte, o centro organizador do sistema imperialista emitia o primeiro sinal significativo de mudança nos termos em que se desenvolviam as relações interestatais desde a Segunda Guerra.

Paralelamente, esvaziaram-se os estímulos ao planejamento do desenvolvimento. Autores como MICHALET (1983) já observavam, no início dos anos 80, as relações entre a internacionalização financeira e a superação das anteriores estratégias desenvolvimentistas, substituídas por meras políticas industriais setorializadas.

O colapso da União Soviética concluiu a quebra das práticas correspondentes à "cooperação antagônica" e modificou radicalmente as relações entre Estados no interior do sistema. Finda a polarização entre os dois grandes blocos, esvaziaram-se as condições que até então impunham, com ênfase, a "cooperação" entre os Estados, conforme a vira Thalheimer. Esvaziaram-se as premissas da "hegemonia complacente" dos Estados Unidos, aludida por Fiori. A supremacia econômica e militar dos Estados Unidos deixa de expressar-se, segundo aquela ótica de organizador do bloco, naquela perspectiva de direção hegemônica (à la Gramsci).

No novo cenário, os EUA passam a basear-se, primordialmente, nos seus interesses econômicos específicos. Ocorre que tais interesses particulares compõem, como afirma Fiori (1997), um espaço econômico distinto de outros espaços econômicos igualmente capitalistas. O "antagonismo" entre modernos espaços econômicos prevalece sobre a "cooperação" — antes induzida pelas ameaças latentes oriundas da existência do "império do mal".⁴

Ganha especial significado, nesse cenário, a observação feita por PERRY ANDERSON (1995), quanto ao recrudescimento do neoliberalismo após o desmoronamento do bloco socialista. A concorrência entre cartéis tende progressivamente aos termos de uma guerra entre cartéis; multiplicam-se os blocos regionais defensivos que se atrimam reciprocamente; o planejamento estatal antes associado ao dogma do desenvolvimentismo, é substituído por uma indiferença imperial dos países mais fortes à livre flutuação dos mais fracos ao sabor do mercado. E, num contexto de financeirização crescente, repetem-se ataques especulativos contra uma ou outra moeda nacional. A inteligibilidade desses eventos vincula-se à constatação de que os conflitos nascidos no interior do sistema capitalista tornam-se tendenciosamente mais acirrados.

4 TENSÕES INTRAESTATAIS: A CRISE DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Aparentemente, a presente análise conduz a um conjunto de acontecimentos históricos sincronizados que teriam se encontrado nos primeiros anos 80: a irrupção da crise final da União Soviética, a recuperação norte-americana e a ascensão do capital financeiro especulativo. Uma observação mais atenta dos fatos vai mostrar que, na realidade, a suposta sincronia não existiu. Os pilares centrais que sustentam o cenário dos anos 80 começam a se esboçar pelo menos 10 anos antes, com os primeiros sintomas de crise financeira dos EUA (a quebra da paridade dólar-ouro) e, logo em seguida, com a crise econômica que envolveu o centro mundial do sistema.

Com efeito, foi um problema interno à economia capitalista que marcou o fim da expansão dos chamados "anos de ouro" e provocou um deslocamento crescente do capital financeiro, que migra dos empreendimentos produtivos rumo ao autodesenvolvimento no euromercado. Esse distúrbio no interior do sistema quebrou o equilíbrio social do Pós-guerra e impulsionou as lutas de classes em diversas regiões do mundo. O posterior desfecho dessas lutas é analisado por Brunhoff (1991); CLARKE (1991) é outro autor que analisa o fenômeno nessa perspectiva e situa, nos últimos anos 70, a derrota dos sindicatos dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo mundial. A

partir daí, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outros países, o movimento sindical dos trabalhadores recua diante da ofensiva do capital.

Desse modo, a acumulação capitalista em crise é um processo que passa a desenrolar-se num ambiente marcado pelo recuo dos sindicatos dos trabalhadores. Essa circunstância terá conseqüências diretas sobre as inflexões e as novas direções que o sistema mundial assume no decorrer da década de 80. O capital produtivo introduz novas formas de organização do trabalho, racionalizando o emprego dos recursos humanos e elevando a taxa de exploração. O capital financeiro autonomizado vai exigir, com realismo, o desmonte do *Welfare State* e, ainda que esse ataque não vá obter sucesso imediato nem fácil, certamente acumulará uma sucessão de êxitos parciais.

Ora, o Estado do Bem-Estar, ao converter em cânones keynesianos as demandas sociais dos trabalhadores assalariados, cumpria a função persuasiva do Estado moderno, conforme já observava Gramsci nos anos 20 e 30⁵. Aliás, como bem o observa WALLERSTEIN (1995), essa preocupação do Estado com a ampliação de suas bases sociais de sustentação remonta à segunda metade do século XIX, quando os principais países europeus aprenderam a absorver as pressões das classes dominadas e passaram a admitir formas políticas de convivência com a social-democracia, enquanto essa última preparava, progressivamente, sua ascensão ao próprio comando dos governos.

A *débâcle* do movimento sindical nos anos 80 impõe uma inflexão nesses compromissos que datam do século XIX e que haviam sobrevivido aos fascismos. Abriram-se espaços para o ataque sistemático aos compromissos social-democratas dos Estados capitalistas e, com a posterior dissolução da União Soviética, o subsequente fortalecimento da ideologia neoliberal consumou a apologia oficial às desigualdade sociais. O Estado, se bem que em ritmos desiguais, tende, desde então, a se assumir desafiadoramente como representante de uma plutocracia.

Desobrigado de uma boa parte dos antigos mecanismos de persuasão, sentindo-se livre para reduzir progressivamente os gastos sociais (em nome do equilíbrio das contas públicas), o Estado posterior aos anos 80 vê-se em condições favoráveis para firmar o compromisso preferencial com as finanças especulativas, ainda que esteja também atento para a criação de externalidades favoráveis à elevação da taxa de mais-valia na esfera paralela da acumulação produtiva. Por tudo isso, verifica-se, ao longo do período em foco, alguma recuperação na taxa de lucro (GLYN, 1995), acompanhada de uma nítida concentração da renda nos países centrais (ARRIGHI, 1995) e de uma avassaladora ampliação da exclusão social na periferia do sistema (MARTINS, 1996). Paralelamente, o Estado dirige seus instrumentos para facilitar o livre curso dos condutores do capital fictício (GUTTMANN, 1996), ainda que o faça desconsiderando a própria alegação, quanto à crise histórica dos respectivos Tesouros e, contraditoriamente, provocando um agravamento do déficit público (COUTINHO e BELLUZZO, 1996).

A crise do Estado do Bem-Estar vai criar um cenário novo, no qual os mecanismos de persuasão, a que se referia Gramsci, perdem espaço, tendencialmente, para os mecanismos de coerção. A ausência de políticas públicas eficazes para reduzir significativamente a miséria social decorrente das novas formas da acumulação capitalista é sobretudo visível na periferia, aí incluídos os outrora denominados Novos Países Industrializados, depois rebatizados de emergentes, e incluídos, também, com maior dramaticidade, os

quase-Estados africanos e similares, retirados das rotas internacionais do grande capital. Mas essa ausência aparece também nos países centrais, bastando citar-se, para demonstrá-lo, a persistente elevação da taxa de desemprego na Europa Ocidental.

A recente formação de governos social-democratas na França e na Inglaterra ainda não poderia ser encarada como um sinal de mudança neste cenário. Desses dois precedentes, apenas o francês aproxima-se mais efetivamente dos antigos pactos sociais de conciliação de classes, ao típico estilo do Pós-guerra. Pouco se pode adiantar, porém, nesse momento, quanto à efetiva possibilidade de vir aquele governo a constituir-se em via alternativa. Prevalece, no cenário mais amplo, em termos substantivos, a herança da postura *thatcherista*, com um Estado plutocrático, sustentando uma estratégia de ataque às conquistas sociais dos trabalhadores.

5 RETORNO ÀS ORIGENS? (CONCLUSÕES)

Na colocação introdutória dos problemas a serem abordados neste trabalho, partiu-se de uma periodização de caráter geral na qual se identificava a atualidade dentro dos últimos vinte e cinco anos, considerados a partir do esgotamento dos chamados “anos de ouro” do pós-guerra. Os novos problemas historicamente propostos condensavam-se, numa primeira aproximação da análise, em torno dos novos focos de dinamismo da acumulação capitalista. Sendo, porém, a economia e a política inseparáveis, como bem o ressaltam os teóricos-críticos da Economia Política, os esclarecimentos ulteriores acerca do objeto em apreciação passavam a depender de uma abordagem às circunstâncias políticas que cercaram a gênese da nova dinâmica econômica.

A confrontação do Estado com os sindicatos dos trabalhadores, na passagem dos anos 70-80 e os problemas que, progressivamente, afetaram o bloco socialista ao longo dos anos 80, vão aparecer como lances decisivos na configuração do novo panorama mundial. O refluxo duradouro do movimento sindical iria remover o fator de resistência que, até os anos 70, tornavam inoperantes os esforços do sistema pela recuperação da taxa de lucro. A queda do bloco socialista, por sua vez, removeria outros tantos obstáculos cuja importância não poderia ser subestimada, pois, a um só golpe, fazia desaparecer as ogivas nucleares que, perigosamente, apontavam para o centro hegemônico do “sistema imperialista”, e superava a síndrome do medo da revolução social.⁶

A acumulação produtiva e rentista, articuladamente, passa a sustentar uma estratégia de combate ao Estado do Bem-Estar, impondo redução de encargos sociais sobre o capital e corte de salários indiretos, fatos que se revertem em elevação da taxa de mais-valia. O ataque ao Estado do Bem-Estar representa o abandono de uma postura relativamente tolerante do capital frente ao trabalho, daí decorrendo uma atitude sistemática de desafio aos sindicatos e de confrontação com as reivindicações parciais dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o final da Guerra Fria retira as bases da cooperação compulsória entre países capitalistas, reabrindo tendências de agravamento das tensões interestatais.

Esses não são fenômenos de curto-prazo: são tendências inerentes a um período histórico, que permanecerão enquanto subsistir o cenário político de nascença desses novos tempos.

Projeta-se, sobre esse quadro, um paradoxo: ao tempo em que o Estado capitalista aparece como vitorioso e tenta uniformizar-se como Estado Liberal, ele se despoja de funções e mecanismos que o robusteciam, como assinalam importantes interpretações, quanto ao Estado moderno. As práticas de persuasão, de ampliação das bases sociais de apoio e de consolidação da hegemonia, tão nítidas na Europa Ocidental do pós-guerra, declinam conjuntamente ao desmonte do *Welfare State*. Embora não se possa absolutamente falar em morte do Estado do Bem-Estar, visto que seus instrumentos sobrevivem na Europa há quase duas décadas de desmonte gradual, é indiscutível a ascensão progressiva de uma alternativa plutocrática, muito autoconfiante, apoiada na ideologia neoliberal, que faz tábula rasa de preceitos básicos incorporados às políticas públicas após as densas experiências políticas do presente século.

Paradoxalmente, no momento em que se anuncia triunfante, a democracia liberal abre a sua guarda e promove a queda da sua própria legitimidade perante o conjunto da sociedade. Voltando a lembrar Gramsci ⁷, constata-se que a trincheira avançada do Estado parece negligenciar a *fortaleza de casamatas* que lhe serve de retaguarda e que, em diversos momentos críticos deste século, salvara-o de irrupções revolucionárias. E, em alusão a Thalheimer, dir-se-ia que os antagonismos intercapitalistas novamente sobrepujam a cooperação (a "hegemonia complacente", nos termos de Fiori) do prolongado pós-guerra. Na base dessas mudanças no Estado contemporâneo, impõe-se o fato de que o desenvolvimento com estabilidade social deixou de ser, como no passado, uma prioridade e uma questão de segurança nacional. Tudo se passa como se o sistema houvesse adotado um lema implícito — a acumulação a qualquer preço.

Essa situação sugere uma aparente regressão do Estado e um retorno a estágios superados da sua história. O paralelo com o passado deve, contudo, ser afastado, senão pela simples constatação de que a história não se repete. As semelhanças entre as estratégias governamentais de hoje e as formas primitivas do Estado no capitalismo são formais, uma vez que os aportes datados sobretudo dos últimos cento e cinquenta anos sobrevivem modificados e, embora deslocados em seu peso específico, subsistem ao desmonte neoliberal. Não há retorno no tempo histórico, as tendências hoje predominantes são rigorosamente originais. Evidentemente, elas revelam um movimento tendencial de simplificação do Estado e de ascensão relativa dos mecanismos de coerção frente aos demais recursos pelos quais o poder político é exercido. Nesse sentido, o Estado tende a se fragilizar a partir do próprio momento da anunciada universalização do seu êxito. Se há semelhanças com o passado, é porque o Estado, no capitalismo, manteve um eixo medular constante que eventualmente emerge ao longo do tempo. Os teóricos marxistas clássicos foram muito enfáticos em advertir que essa essência permanente e de última instância é a máquina de repressão, pura e simples.

O que se verifica não é uma volta às origens, mas um novo salto para frente, em que o Estado consoma uma nova combinação de pesos entre práticas tendentes ao convencimento e práticas coercitivas. Mantendo, ainda, muitos

dos instrumentos criados durante a ascensão da social-democracia, o Estado busca de algum modo transferi-los para fora do seu controle direto, reduzindo suas disponibilidades para as atividades de persuasão das classes dominadas.

Concentrada na caça ao lucro máximo, seja pela elevação da taxa de exploração nas atividades produtivas, seja pela escalada especulativa que promove a financeirização de tudo, uma plutocracia neoliberal chega ao final do século XX anunciando a era do *Estado Mínimo*, no qual tudo parece transferível a terceiros, menos os respectivos e tradicionais aparatos de coerção.

NOTAS

- ¹ Ver, por exemplo, Julien FREUND . *Sociologia de Max Weber*. p.41-46.
- ² Contemporâneo e discípulo de Rosa Luxemburgo, Thalheimer sobreviveu ao nazismo e escreveu, logo em seguida ao fim da Guerra, diversas análises sobre o novo contexto mundial. Os trabalhos foram reunidos e publicados em fascículos, na Alemanha, pelo grupo *Arbeiterpolitik*. Do autor, no Brasil, há um livro editado pela Editora Laemert: *Marxismo e Existencialismo*.
- ³ Denominação corrente dada aos segmentos ilustrados do comando militar pós 64, a quem se atribui a formulação de estratégias de consolidação do regime (que envolviam o crescimento econômico). Ver René Armand DREIFUSS. *1964: A conquista do Estado*.
- ⁴ Forma como Ronald Reagan referiu-se à União Soviética, nos primeiros anos 80. O episódio é lembrado em José Luís FIORI. *Globalização, hegemonia e império*. In: M. TAVARES. Conceição; J. Luís FIORI. (org.). *Poder e dinheiro - Uma economia política da globalização*.
- ⁵ Vide *A ciência e o príncipe moderno* In: A. GRAMSCI. *Obras Escolhidas*, p.147-236.
- ⁶ Para uma conceituação do *sistema imperialista* ver Harry MAGDOFF. *A Era do imperialismo*.
- ⁷ Idem, *ibidem*, p.207-213.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *O fim da história - de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar. 1992.

_____. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir (org) – *Pósneoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-30.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP,1996.

_____. *A desigualdade mundial na distribuição da renda e o futuro do socialismo*. In: SADER, Emir (org.). *O Mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.85-120.

BRUNHOFF, Suzanne. *A Hora do mercado - crítica do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1991.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARKE, Simon. *Crise do fordismo ou crise da social-democracia?*. Lua Nova, São Paulo, n.24, p.117-150. set. 1991.

COUTINHO, L. BELLUZZO, L.G.M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças estabilizadas. *Economia e Sociedade*. Revista do I.E. da Unicamp, Campinas: n.7, p.129-154, dez. 1996,

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. Conceição e FIORI, J. Luís (org.). *Poder e dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. Globalização, Estados nacionais e políticas públicas. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, vol.16, n.96, p.24-31. dez. 1993.

FRANK, Andre Gunder. *Chile: economia de livre repressão*. Coimbra: Centelha, 1976.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GLYN, Andrew. Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80. In: SADER, Emir (Org.). *O Mundo depois de queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.51-84.

GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GUTTMANN, Robert. A Transformação do capital financeiro. *Economia e Sociedade*. Revista do I.E. da Unicamp, Campinas, n.7, p.51- 83, dez. 1996.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos - o curto século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURZ, Robert. *O Colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MAGDOFF, Harry. *A Era do imperialismo*. Porto, Portugal: Portucalense Editora, 1972.

MARTINS, C. Estevam. Da globalização da economia à falência da democracia. *Economia e Sociedade*. Revista do I.E. da Unicamp, Campinas, n.6, p.1-23, jun. 1996.

MARX, Karl. O Capital - Crítica da Economia Política . São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. v.4, Livro Terceiro, seções IV e V.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. v.1, p.13-47. 87.

(In: Rev. *Sitientibus*, Feira de Santana, n.21, p.69-87, jul./dez. 1999. As "Notas" são do Autor)